

BARREIRO PROJECTO APROVADO PELA UNIÃO EUROPEIA

Sete mil voluntários no combate a espécies invasoras na Reserva Natural Local

Vai nascer no Barreiro um projecto muito interessante, juntando duas vertentes, a participação cívica e a protecção ambiental. Em causa, o controle de espécies invasoras nos dois espaços que constituem a Reserva Natural Local - Sapal do rio Coia e Mata Nacional da Machada -, através do recurso a ações de voluntariado.

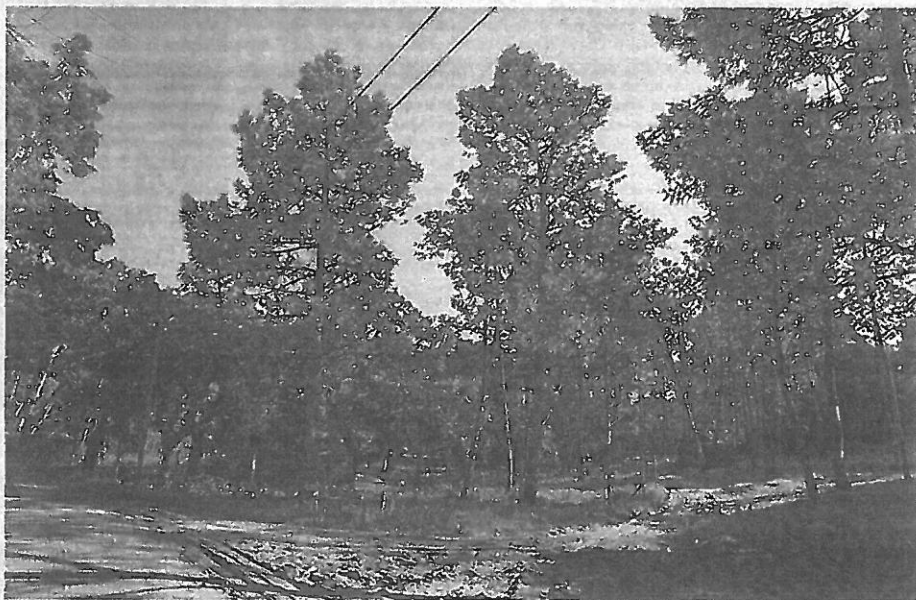
O primeiro passo está dado, com a aprovação, por parte da União Europeia, da candidatura apresentada pela Câmara Municipal do Barreiro. "Controlo de Espécies Invasoras através de Participação Pública", foi candidatado pela autarquia no âmbito do LIFE+, eixo da Biodiversidade, com um financiamento aprovado de 1 milhão 322 mil e 947 euros", refere, em nota de imprensa, a autarquia barreirense.

A gestão do projeto é da responsabilidade da Comissão Europeia assumindo a Agência Portuguesa do Ambiente, a sua coordenação a nível nacional. "Na Câmara Municipal do Barreiro, será o CEA - Centro de Educação Ambiental que irá coordenar

a dinamização de todas as ações durante o período de desenvolvimento do Projeto, de Julho de 2014 a Julho de 2019".

Bruno Vitorino, vereador responsável pelo CEA, referiu "que se procura uma alternativa aos modelos tradicionais de controlo de exóticas/especies invasoras, no caso concreto de acácias e chorões. Opta-se por um programa misto de intervenção, com uma componente pública e forte apoio em programas de voluntariado que permitam transformar cada município num agente de controlo de exóticas. Ensaia-se, também, a utilização de animais no controlo de acácias e que a ter os resultados esperados, permite aumentar a capacidade de atuar sobre as fases posteriores ao primeiro corte de acácias em cada local".

Para o autarca, o envolvimento das pessoas, através de acção voluntária, é o aspecto inovador do projeto. Apesar de ainda se estar numa fase de concretização, os objetivos não deixam de ser ambiciosos: "Preende-se envolver mais de sete mil vo-



Mata da Machada

luntários nas respectivas ações durante cinco anos mas também criar laços de proximidade e até afetivos, desses voluntários com o espaço". Como irá decorrer o processo? Os serviços identificam as áreas a serem intervencionadas, que são divididas em talhões "para que depois, cada grupo de voluntários (escolas, IPSS, associações, escuteiros, grupo de famílias ou empresas) possa adotar um ou mais espaços. Primeiro irão tentar enraizar as exóticas invasoras e depois, nos anos

subsequentes, fazer a sua manutenção". Com esta iniciativa, tende-se também a criar uma nova relação entre os espaços a proteger e a população.

Zona ribeirinha

A valorização da Mata e do Sapal não se deve dissociar de uma aposta sustentada em toda a zona ribeirinha. Segundo a nota da autarquia barreirense, Carlos Humberto de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, realçou a "aposta que se traduz no

facto de os espaços verdes serem cada vez mais significativos no Concelho". Relativamente à candidatura, o Presidente da Câmara salienta que o dado mais significativo "é o facto de o trabalho de campo ser feito, em grande medida, pelas populações".

A Comissão Europeia aprova todos os anos novos projetos no âmbito do Programa LIFE+, o fundo europeu para o ambiente. Os projetos chegam a Bruxelas de toda a União Europeia e abrangem ações nos domínios da

conservação da natureza, da política ambiental e da informação e comunicação

"Os projetos financiados pelo LIFE devem ter interesse comunitário, ser técnica e financeiramente coerentes e viáveis e inovadores ou de demonstração, relacionados com os objetivos ambientais da Comunidade, incluindo o desenvolvimento ou a divulgação de melhores práticas, de conhecimentos técnicos ou de tecnologias", termina a nota de imprensa da Câmara do Barreiro.



CARTÓRIO NOTARIAL DE ODIVELAS DE CATARINA SILVA

PUBLICAÇÃO

Catarina Sofia Martins da Costa Silva, Notária com Cartório sito na Rua Alfredo Roque Gameiro, 20 A, em Odivelas, faz saber que no dia seis de Maio de dois mil e catorze, no referido Cartório Notarial, foi celebrada escritura pública de Justificação, lavrada a folhas cinquenta e seguintes do Livro 245-A:

JUSTIFICANTES: Jaime António da Cunha Branco, contribuinte fiscal número 151198799, natural da freguesia de Sopo, concelho de Vila Nova de Cerveira, e mulher, Maria de Fátima Durão Castim, contribuinte fiscal número 170031527, natural da freguesia de Sopo, concelho de Vila Nova de Cerveira, casados sob o regime de comunhão geral, residentes na Rua da Vista Alegre lote 213, Vale do Forno, em Odivelas, que são donos e legítimos possuidores do seguinte bem imóvel:

PRÉDIO: Metade de trezentos e setenta e cinco mil cento e vinte avos indivisos, do prédio rústico, composto por terra de cultura arvenses, mata, horta, com árvores de fruto e oliveiras, com a área de setenta e cinco mil cento e vinte metros quadrados, sito em Vale do Forno, freguesia e concelho de Odivelas, descrito na Conservatória de Registo Predial de Odivelas sob o número quatro mil novecentos e catorze, com a aquisição registada a favor de Maria Luísa Alves Brito e José de Oliveira Brito, casados sob o regime de comunhão geral, pela apresentação quinze, de dezasseis de Setembro de mil novecentos e oitenta e um e aquisição da outra metade a favor deles, justificantes, pela mesma apresentação, inscrito na matriz rústica da referida freguesia sob o artigo 90, secção L.

MODO DE AQUISIÇÃO: compra meramente verbal há mais de vinte anos, feita aos mencionados titulares inscritos.

TESTEMUNHAS: Maria Isabel Alves Soeiro Rodrigues, casada, natural da freguesia de Sopo, concelho de Vila Nova de Cerveira, residente na Rua Vista Alegre lote 56, Vale do Forno, em Odivelas, Júlio Joaquim do Poço Araújo, casado, natural da freguesia de Sopo, concelho de Vila Nova de Cerveira, residente na Avenida Conde Oeiras número 5, 3º dto, Reboleira, Amadora e Henrique Moreira Rodrigues, casado, natural da freguesia e concelho de Ansião, com domicílio profissional na Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº 30, 1º esquerdo, em Odivelas.

A notária, Catarina Sofia Martins da Costa Silva

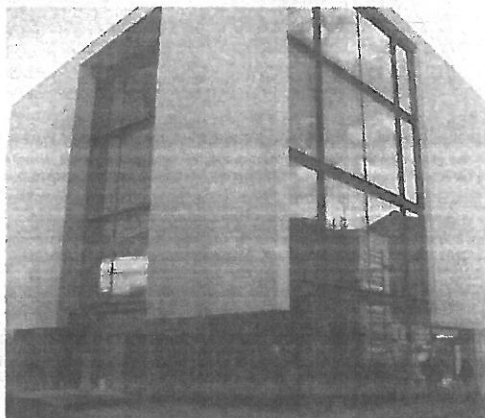
Prémio de teatro em V.F. de Xira

A Câmara de Vila Franca de Xira criou o Prémio Municipal de Teatro "Mário Rui Gonçalves", com o objectivo de incentivar e reconhecer o trabalho de grupos de Teatro Amador do concelho, e homenagear o encenador e ator Mário Rui Gonçalves.

O júri do galardão é constituído por João Mota (Diretor Artístico do Teatro Nacional D. Maria II); Paulo Rodrigues (C.M.V. F. Xira) e Miguel Falcão e Catarina Gonçalves, ambos de mérito reconhecido na atividade teatral no concelho.

O prémio traduz-se na atribuição de um valor pecuniário, que reverterá para o coletivo do grupo participante, e distinguirá seis categorias: Melhor Espetáculo; Melhor Interpretação Masculina; Melhor Interpretação Feminina; Melhor Encenação; Melhor Cenografia e Melhores Figurinos. Podem concorrer os grupos de teatro de amadores do concelho.

Mário Rui Gonçalves nasceu na Penha de França. Aos sete anos, passou a residir em Alhandra. Em 1974 participou na fundação do Grupo de Teatro Esteiros, que dirigiu durante cerca de três décadas. Ganhou diversos prémios. "O seu empenho na formação de muitos jovens justifica, a forma como, por todos, foi sendo reconhecido e tratado: o "me-tre", refere a autarquia vilafranquense.



Museu do Neo-Realismo, em Vila Franca de Xira, onde foi apresentado o Prémio Municipal de Teatro "Mário Rui Gonçalves"